

**INDÚSTRIAS J. B. DUARTE S/A**  
CNPJ (MF) 60.637.238/0001-54  
Código CVM – 01231-9 – Empresa de Capital Aberto

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A **INDÚSTRIAS J. B. DUARTE S/A** é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 1936, com sede na cidade de São Paulo, cujas atividades da empresa está focada na participação em outras sociedades, e desenvolvendo atividades próprias na área de reflorestamento, conforme faculta seu Estatuto.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Individuais e Consolidadas)**

a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que passam a ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS). Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA). As demonstrações contábeis consolidadas inclui a empresa: Newreality Empreendimentos Imobiliários Ltda. (vide nota 8).

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

c) Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi autorizada pela Diretoria em 18 de abril de 2016.

d) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada e são apresentadas em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) As contas mantidas com empresas ligadas, coligadas e controladas, tanto credoras como devedoras são atualizadas de conformidade com os contratos mantidos com estas empresas.
- b) Os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição.
- c) Os bens integrantes do ativo imobilizado estão registrados pelo valor histórico de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e por ajuste de avaliação patrimonial (antiga reavaliação).
- d) As obrigações em moeda nacional estão classificadas no passivo circulante na nomenclatura “instituições financeiras”, e nela encontram-se demonstrados os encargos normais e variações monetárias incorridas.
- e) A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional previsto na legislação fiscal. A provisão para contribuição social é calculada á alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação vigente.
- f) Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

### 4 – CONTAS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Mútuo – Duagro S/A Adm e Participação	29.799	26.315	29.799	26.315
Masaflex Indústria e Comércio Ltda.	-	-	1	1
Cobrasmaq Máquinas Industriais Ltda.	-	-	2.125	2.125
<b>Total</b>	<b>29.799</b>	<b>26.315</b>	<b>31.925</b>	<b>28.441</b>

### 5 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Processos trabalhistas	95	94	141	140
20ª. Vara Justiça Federal – processo 95.006.1237-2	3.353	4.306	3.353	4.306
18ª. Vara Cível – processo 53064821991	3.060	2.800	3.060	2.800
<b>Total</b>	<b>6.508</b>	<b>7.200</b>	<b>6.554</b>	<b>7.246</b>

### 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR (Controladora e Consolidado)

Descrição	31/12/15	31/12/14
Créditos sobre Prejuízos Fiscais	1.925	1.925
Créditos sobre base negativa da CSLL	1.385	1.385
<b>Total</b>	<b>3.310</b>	<b>3.310</b>

### 7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER (Controladora e Consolidado)

Refere-se à operação com a ACT – Asian Comercial Trade Ltd., da qual a Companhia, suportado por um instrumento de “Confissão de Dívida”, no montante de R\$ 39.154.042,62, sujeito a atualização monetária com base nos índices do IGPM/FGV.

**8 – INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS**

Descrição	<b>Newrealty Empreendimentos Imobiliários Ltda.</b>	
	<b>31/12/15</b>	<b>31/12/14</b>
Capital Social – R\$ 1,00	21.000.124,00	21.000.124,00
Quantidade de cotas:	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas possuídas	21.000.123	21.000.123
Percentual de participação	99,9999%	99,9999%
Patrimônio Líquido – R\$ mil	14.547	20.163
Resultado do exercício	(40)	(5.578)
Valor contábil investimento inicial	14.586	20.163
Aumento de investimento	-	1
Equiv. Patrim. – s/resultado	(39)	(5.578)
<b>Valor invest. Ajustado</b>	<b>14.547</b>	<b>14.586</b>

**9 – IMOBILIZADO**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Imóveis	2.103	2.103	2.103	2.103
Terrenos	-	-	7.720	7.720
Veículos	-	-	19	19
<b>Total</b>	<b>2.103</b>	<b>2.103</b>	<b>9.842</b>	<b>9.842</b>

**10 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (Controladora e Consolidado)**

Contratos de empréstimos que se encontram sub judice, atualizados monetariamente com base nos índices estabelecidos pelo TJSP, até a data do encerramento do balanço.

Descrição	31/12/15	31/12/14
Banco Itaú-Unibanco (vide nota 16)	4.691	4.163
Banco Rural S/A (vide nota 16)	7.269	6.410
<b>Total</b>	<b>11.960</b>	<b>10.573</b>

**11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
INSS a recolher	340	306	350	306
IRRF a recolher	141	137	141	137
IRPJ a recolher	2.840	2.111	2.992	2.227
Contribuição social a recolher	1.088	816	1.154	866
Parcelamento – Lei 11941/09 (nota 17)	3.678	3.580	3.580	3.580
Outros	238	231	239	240
<b>Total</b>	<b>8.325</b>	<b>7.181</b>	<b>8.554</b>	<b>7.356</b>

**12 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (Controladora e Consolidado)**

Descrição	31/12/15	31/12/14
Contingências Trabalhistas (vide nota 16)	2.407	4.145
Contingências Fiscais (vide nota 16)	69.841	61.675
<b>Total</b>	<b>72.248</b>	<b>65.820</b>

**13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

No encerramento do exercício de 2015, o Patrimônio Líquido apresentava o valor de R\$ 36.069.296,25 (R\$ 40.290.241,34 em 31/12/14).

a) O capital social de R\$ 104.136.767,23 é constituído de 557.477 ações, sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Ações ordinárias	185.830	185.830
Ações preferenciais	371.647	371.647
<b>Total</b>	<b>557.477</b>	<b>557.477</b>

b) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. O saldo remanescente será colocado à disposição da assembleia geral que deliberará sobre sua destinação. As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. O resultado ao final do exercício de 2014 apresenta um prejuízo de R\$ 10.234.863,41; como é de conhecimento geral, não será possível a distribuição de dividendos e/ou juros do capital próprio, tendo em vista o disposto no Artigo 189 da Lei 6404/76 que determina que antes de qualquer distribuição de qualquer participação, devem ser deduzidos os prejuízos acumulados, e a provisão para imposto de renda.

c) Resultado por ação:

<b>Exercício de 2015</b>	<u><b>Ações</b></u> <u><b>Preferenciais</b></u>	<u><b>Ações</b></u> <u><b>Ordinárias</b></u>	<u><b>Total 2015</b></u>
Prejuízo do exercício - R\$ mil	(2.814)	(1.407)	(4.221)
Quantidade de ações	371.647	185.830	557.477
Resultado por ação – R\$	(7,57)	(7,57)	(7,57)
 <b>Exercício de 2014</b>	 <u><b>Ações</b></u> <u><b>Preferenciais</b></u>	 <u><b>Ações</b></u> <u><b>Ordinárias</b></u>	 <u><b>Total 2014</b></u>
Prejuízo do exercício - R\$ mil	(6.823)	(3.412)	(10.235)
Quantidade de ações	371.647	185.830	557.477
Resultado por ação – R\$	(18,36)	(18,36)	(18,36)

**14 - AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

Atendendo as disposições contidas na Instrução CVM nº 469/08 a Cia. optou em manter parte do saldo existente na conta até a sua efetiva realização.

**15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no ativo e passivo equivale aproximadamente ao seu valor de mercado. A Cia. não mantém instrumentos financeiros não contabilizados em 31 de dezembro de 2015.

## 16 – ASSUNTOS JUDICIAIS

### a) CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

#### **Fazenda Nacional**

1 - Em Despacho de 19/05/2008, da Procuradoria da Fazenda Nacional ao Exmo. Sr. Juiz Federal da 6ª Vara Especializada em Execuções Fiscais – São Paulo, informando a existência de débitos fiscais da ordem de R\$ 202 milhões, sendo que, neste despacho, estava sendo executada para fins de cobrança o valor de R\$ 52.417.133,67 atualizado até 31/12/15 monta em R\$ 69.840.860,25 (R\$ 61.675.609,17 em 31/12/14). Considerando que através da publicação da Ata de Assembleia Ordinária de 28/04/2008, bem como da publicação dos respectivos Demonstrativos Financeiros referentes ao exercício findo em 31/12/2007, foi apresentado um lucro do qual soberanamente a Assembleia havia decidido distribuir R\$ 577.828,96 aos seus acionistas, na ocasião, decidiu o Exmo. Sr. Juiz, solicitar que fosse procedida a penhora daquele valor, bem como da reserva para futuros investimentos (conta gráfica), impedindo assim que a J.B.Duarte pudesse cumprir com o estabelecido na Lei 6404/76 - Artigo 202 e em seu Estatuto Social no artigo 25, item b, sobre a obrigatoriedade de distribuição de um dividendo obrigatório de 25%, após as reservas. A Companhia através de seus assessores jurídicos não tiveram até o momento, sucesso em suas tentativas de desbloquear aqueles recursos e distribuí-lo aos acionistas.

Também, conforme AGO de 30/04/2010 ocorreu a possibilidade de distribuição de R\$ 34.760,00 na forma de dividendos, porém como os valores a distribuir eram de pequena monta, resolveu aquela assembleia aprovar a retenção daquele valor para futura distribuição.

2 - Sobre a cobrança referente aos Processos de nºs 2005.61.82.005849-9, 2005.61.82.023716-3 e 2005.61.82.032177-0, os Advogados da J.B.Duarte, ingressaram em 13/08/2008, com uma Ação Judicial Declaratória de Inexigibilidade do Ato Declarativo da Dívida Ativa, contra a Fazenda Nacional, demonstrando que dos valores cobrados através da execução e constantes do processo administrativo, originários de autos de infrações de imposição de multas, não haviam sequer sido discutidos no seu mérito na esfera judicial e não tendo fundamento legítimo, assim como outros, encontram-se prescritos e ou foram considerados inconstitucionais, valores esses que se referem aos anos de 1992 a 1994.

Sobre o saldo remanescente, cabe informar que a Cia. finalizou as análises jurídicas e ingressou com novas ações judiciais, pois os valores de origem datados do período entre 1992 a 1996, no montante de R\$ 22.846.912,78, não foram objeto de perícias e discussão na esfera judicial até o momento.

Neste ponto, dado as incertezas quanto à legitimidade e quanto a valores, a probabilidade dessa contingência passiva é de difícil mensuração com suficiente segurança, razão pela qual está sendo divulgado o fato em Nota Explicativa.

Não há até o momento, nenhuma informação consistente sobre a atual posição dentro do judiciário e mesmo sobre seu possível julgamento.

Quanto às demais ações passivas, existem algumas tramitando com uma instituição financeira e algumas novas de natureza trabalhista, cujos valores estão contabilizados no passivo da Companhia.

### b) CONTINGÊNCIAS ATIVAS

Embora explicado em relatórios anteriores, vale frisar que no período de 1992 a 1994 a J.B.Duarte mantinha entre outras atividades operacionais, a importação de trigo da Argentina. Tais importações foram desembaraçadas com o pagamento do Imposto de Importação (II), posteriormente, em função de ser a Argentina, país membro da ALADI, ficou estabelecido que essas importações, não estariam sujeitas aquele imposto, restando a Companhia buscar o devido ressarcimento.

Através de Ação Ordinária de Restituição de Imposto Federal proposta pela Companhia junto à 14ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, buscando a restituição daquele imposto, teve sentença favorável julgada e divulgada em 17/05/2007. O processo encontra-se em fase final de julgamento. Nesta ação, como se trata de matéria de fato, onde a empresa foi obrigada a recolher valores considerados indevidos, os direitos da Indústrias J.B.Duarte S/A, estão assegurados conforme parecer dos assessores jurídicos.

Esta Contingência Ativa possui valor estimado atualmente superior a R\$ 110 milhões e a expectativa quanto ao julgamento final é de que ocorra em breve, fato que praticamente compensará as obrigações cobradas pela Receita Federal.

## 17 – REFINANCIAMENTO FISCAL – REFIS

A Companhia encaminhou à Receita Federal o levantamento das pendências referentes a impostos e tributos, habilitando-se, em tempo, à obtenção de um parcelamento de parte das discussões fiscais, onde nossos assessores jurídicos entendem que são valores efetivamente devidos e sem possibilidade de contestação pela empresa. O levantamento enviado, após análise pela Receita Federal, foi deferido em julho de 2011. No exercício de 2015 não foi feito pagamento das parcelas, e dessa forma houve a exclusão ao programa de parcelamento. Conforme nota explicativa 11 está sendo considerado o valor de R\$ 3.678 mil, entretanto não foi possível quantificar o montante devido, por falta de informações junto a Receita Federal.

## 18 - PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 642 da CVM e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) sobre partes relacionadas, apresenta suas vinculações referente ao tema.

A Companhia regularmente informa a CVM e BOVESPA em conformidade com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002 (com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 369/02, 449/07, 547/14 e 552/14), a movimentação referente a ações de administradores e acionistas da controladora. Todas as operações com partes relacionadas seguem os padrões de praxe utilizados no mercado no que se referem as suas condições e termos.

**Controladora** – A controladora da Indústrias J.B.Duarte S/A, é a DUAGRO S/A Administração e Participações, a qual, possui atualmente 55,22 % das ações ordinárias com direito a voto.

**Composição Acionária da Controladora** - A controladora tem como acionista e administrador majoritário o Sr. Laodse Denis de Abreu Duarte, detentor de ações ordinárias, correspondente a 71,81% da totalidade de ações.

**Conselho de Administração** – O Sr. Laodse de Abreu Duarte, é o único membro do Conselho de Administração da Indústrias J.B.Duarte e diretor da Companhia.

<b>Saldo das contas envolvendo partes relacionadas</b>	<b>31/12/15</b>	<b>31/12/14</b>
Contas a receber		
• Duagro S/A (vide nota 4)	29.799	26.315

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Laodse Denis de Abreu Duarte</b>	<b>Presidente</b>
<b>Edgard Gabriel Calfat Filho</b>	<b>Vice-Presidente</b>
<b>Fabiana Rodrigues</b>	<b>Membro</b>

### DIRETORIA

<b>Laodse Denis de Abreu Duarte</b>	<b>Diretor Presidente</b>
<b>Edison Cordaro</b>	<b>Diretor</b>

**João Braz Seraceni**  
Técnico Contábil – CRC TC - 1SP 061.766/O-0

**Edison Cordaro**  
Diretor de Relações com Investidores